

## 7º ATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

**Estudo Técnico Preliminar 10/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64045.001040/2026-82

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) foi criado em 6 de junho de 1969, em Cruzeiro do Sul, Acre, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da região. Inicialmente, a unidade militar desempenhou um papel fundamental na abertura e manutenção da BR-364, ligando o Acre ao resto do Brasil. Ao longo dos anos, o 7º BEC realizou diversas obras importantes no estado, incluindo a construção de 395 km da BR-364 e 171 km da BR-317; implantação do aeroporto de Cruzeiro do Sul (1974); a construção do aeródromo de Assis Brasil e do Aeroporto Plácido de Castro, em Rio Branco (2005); além da recuperação e conservação da BR-364 e via de acesso ao Parque Zoológico da Universidade Federal do Acre (UFAC). O batalhão também é conhecido por seu trabalho em prol do desenvolvimento sustentável e da defesa do meio ambiente na Amazônia. Em 1992, o 7º BEC foi transferido para Rio Branco, onde continua a executar obras de engenharia e contribuir para o desenvolvimento da região. O 7º BEC é uma instituição respeitada no Acre, e sua atuação é fundamental para o progresso do estado.

2.2. Atualmente, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) possui cerca de 550 (quinhentos e cinquenta) militares e dentre suas funções está a de alimentar esses militares, confeccionando, diariamente, cerca de 1.200 (mil e duzentas) refeições divididas entre café, almoço, jantar e ceia. O Setor de Aproveitamento é responsável por garantir a alimentação e o bem-estar da tropa. O objetivo é fornecer refeições saudáveis e balanceadas, contribuindo para o bem-estar e a eficiência das operações militares. Suas principais funções incluem planejar e gerenciar os recursos necessários para a alimentação da tropa; adquirir alimentos e equipamentos necessários para a preparação das refeições; preparar e distribuir refeições para a tropa; controlar o estoque de alimentos e garantir a higiene e segurança na preparação e distribuição das refeições.

2.3. Desde o ano de 2021, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) atua na Operação ALTO PURUS, que está sendo executada no município de Santa Rosa do Purus, Estado do Acre. Esta operação tem, ainda, o Destacamento de Manoel Urbano, o qual serve como base de lançamento das embarcações que navegam até Santa Rosa do Purus, pelo rio Purus.

2.4. Nos Destacamentos do 7º BEC em Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus, o Setor de Aproveitamento se faz presente, com militares responsáveis pela confecção, distribuição, estocagem e acondicionamento de alimentos, bem como manutenção de refeitórios para o consumo, além da distribuição dos alimentos nas frentes de serviço e nos diversos canteiros de obra, para toda a alimentação consumida pelos seus integrantes.

2.5. Justifica-se a contratação de empresa especializada para serviço de manutenção preventiva e corretiva com aplicação da peça em máquinas e equipamentos de cozinha industrial e de refrigeração que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários do 7º BEC. A realização dos serviços de manutenção é necessária para garantir a proteção e qualidade do ambiente de trabalho. A necessidade da contratação dos serviços supracitados visam manter o bom funcionamento das instalações e promover melhores condições de trabalho aos militares do Setor de Aproveitamento e, conseqüentemente, do 7º BEC.

2.6. A aludida contratação realizada mão de obra qualificada permitirão alcançar os resultados satisfatórios ao qual se dispôs, de modo que, o 7º BEC cumprirá às missões delegadas conforme o cronograma de execução projetado. Tal adoção, no mínimo, manterá elevado aspectos como o bem-estar da tropa, as condições de produção e confecção de alimentos, e manterá a vida útil dos equipamentos, além de condições de segurança para os militares que utilizam tais equipamentos. A contratação dos serviços elencados, também segue as orientações e diretrizes do Programa de Auditoria em Segurança Alimentar (PASA).

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
APROVEITAMENTO	ARTHUR AGNELO NASCIMENTO DE LIMA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Requisitos gerais da contratação

4.1.2 Em licitações de manutenção, a logística é um fator decisivo. Quando a distância é excessiva, o custo do deslocamento e a demora no atendimento geram custos indiretos que acabam ferindo o princípio da economicidade e da eficiência administrativa. A fixação de um raio geográfico máximo de 600 km para a prestação de serviços ao 7º BEC, fundamenta-se no Princípio da Economicidade e na busca pela Proposta Mais Vantajosa para a Administração Pública. A manutenção preventiva e corretiva exige agilidade e custos logísticos controlados, critérios que se tornam inviáveis em distâncias superiores à estabelecida.

4.1.3 O deslocamento terrestre ou aéreo para distâncias que excedem o raio proposto impõe custos operacionais elevados (combustível, diárias, horas técnicas de deslocamento). Tais valores, inevitavelmente, seriam repassados à Administração, elevando o preço unitário do serviço e das peças de reposição. Empresas sediadas fora deste raio operacional tendem a subcontratar serviços estabelecidas em Rio Branco AC para cumprir os prazos contratuais. Essa prática gera uma triangulação financeira desnecessária, na qual o 7º BEC com a margem de lucro da empresa contratada somada à da subcontratada, onera o erário sem ganho técnico real. A manutenção exige rapidez. A distância geográfica excessiva compromete o tempo de resposta, mantendo inoperantes os equipamentos por períodos prolongados, o que prejudica o cumprimento das missões.

4.1.4 Portanto, a limitação geográfica não visa restringir a competitividade, mas sim garantir a exequibilidade do contrato e evitar que gastos acessórios com logística superem o valor intrínseco dos serviços prestados.

4.1.5 A empresa vencedora deverá ser do ramo bem como possuir práticas comerciais do objeto do grupo ou item. Serão desclassificadas empresas que possuam somente na inscrição do CNAE a atividade econômica, mas na prática não trabalham no ramo "Empresas de pasta"

4.1.6. Será realizada visita técnica pelo setor requisitante para que seja aprovada a capacidade da empresa em relação aos serviços com fornecimento de peças, além de que será emitido relatório conforme § 3º DO ART 17 DA LEI 14.133.

4.1.7 A empresa deve dispor de ferramental, maquinário e pessoal capacitado para a prestação de assistência técnica e de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, segundo a natureza e características dos equipamentos objeto do certame e conforme os prazos estipulados no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar;

4.1.8. A visita técnica realizadas pela administração nas oficinas e lojas por um representante do Setor de Aprovisionamento para averiguar as reais condições das empresas vencedoras das propostas de cumprir o contrato, poderá ter pena de desclassificação das que não oferecerem as exigências mínimas deste estudo;

4.1.9 O Termo de Contrato terá a duração inicial de 1 (um) ano, o qual poderá ter a sua duração prorrogada por igual e sucessivos períodos por no máximo 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses ( do art. 107, da Lei nº 14.133);

4.1.10. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Serviços, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

4.1.11. A contratada terá o prazo máximo de 1 (um) dia útil para prestação corretiva nos equipamentos e 3 (três) dias úteis para a manutenção preventiva para início da prestação dos serviços após envio da ordem de serviço, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato.

4.1.12. A contratada deverá apresentar os comprovantes de garantia dos serviços prestados 90 dias, conforme prevê o Inc II, art. 26 do código de defesa do consumidor. sendo primordial que os mesmos sejam realizados por funcionários qualificados e que não haja subcontratação da prestação de serviços.

4.1.13. A contratada deverá apresentar ao fiscal de contrato os relatórios dos serviços realizados para serem despachados com a Fiscalização Administrativa do 7º BEC.

4.1.14. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.15. Os serviços deverão ser realizados mediante agendamento prévio no período:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO - 7º BEC	
HORÁRIOS	DIAS DA SEMANA

<b>Período da manhã:</b> 09h30min às 11h30min	Segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira.
<b>Período da tarde:</b> 13:30h00min às 16h00min	
<b>Sexta feira:</b> 07:30min às 12:00 horas.	

4.1.16. Excepcionalmente, com autorização do Contratante e mediante agendamento prévio, os serviços poderão ser executados no na sexta feira (parte da tarde), sábado e/ou domingo.

4.1.17. Quando a manutenção não puder ser realizada nas instalações do Contratante, deverão ser transportados para o local de manutenção da Contratada, sem custo adicional ao Contratante e mediante agendamento prévio.

4.1.18. Após a execução do serviço, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato/ Gestor a nota fiscal relativa ao serviço prestado, onde deverão constar: a descrição dos serviços fornecidos; o valor unitário e total da nota fiscal; e o endereço onde o serviço foi realizado.

## **4.2. DA CONTRATANTE**

4.2.1. A Contratante deverá:

4.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência e Contrato;

4.2.3. Notificar a empresa Contratada quanto a qualquer irregularidade encontrada;

4.2.4. Permitir acesso do(s) empregado(s) da Contratada às dependências do local de execução do serviço;

4.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, quando necessário;

4.2.6. Comunicar formalmente a Contratada qualquer falha e/ou irregularidade na prestação do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização; e

4.2.7. Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue pela Contratada.

## **4.3. DA CONTRATADA**

4.3.1. A empresa a ser CONTRATADA deve possuir alguns requisitos mínimos, a saber:

4.3.2. Ser do ramo do objeto da licitação;

4.3.3. Possuir condições técnicas e operacionais para a prestação dos serviços no local de execução.

4.3.4. Possuir capacidade logística e adequada para atender as demandas solicitadas;

4.3.5. Possuir mão de obra qualificada e suficiente para a prestação dos serviços.

4.3.6. Estar alinhada com a política de desenvolvimento sustentável;

4.3.7. Estar em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias; e

4.3.8. Adotar critérios e práticas de sustentabilidade, para aquelas atividades que assim o exigir, conforme determinação dos órgãos de controle ambiental.

4.3.9. Substituir (em) no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, após notificada, o(s) serviço(s) que apresentar(em) defeito(s) no equipamento, ou ainda não estejam de acordo com o futuro Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE, no local do serviço;

4.3.10. As despesas decorrentes do acondicionamento, carga, transporte, descarga e entrega ocorrerão por conta da CONTRATADA, conforme normas vigentes;

4.3.11. Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço contratado;

4.3.12. Comunicar a Contratante toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

4.3.13 Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;

## **4.4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

4.4.1. A contratação dos serviços se enquadram no art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21. " XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"

#### **4.5. DURAÇÃO DO CONTRATO**

4.5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme artigo 105, da lei 14.133/2021, prorrogável na forma do art. 107, desta lei.

### **5. Levantamento de Mercado**

#### **5.1. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

5.1.1. Alternativa 1 – Realizar o serviço por meios próprios.

5.1.2. Alternativa 2 – Realizar por meio de processo licitatório a contratação de prestador de serviço.

#### **5.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

5.2.1. Alternativa 1 – o 7º Batalhão de Engenharia de Construção não possui pessoal qualificado e com as certificações necessárias para realização dos serviços em questão, além de não possuir equipamentos e materiais necessários. Portanto esta opção torna-se inviável, pois desvirtuaria o cumprimento da missão do 7º BEC visto que demandaria um efetivo de pessoal para execução de tarefas que não tem relação com tarefas militares das Forças Armadas.

5.2.2. Alternativa 2 – Realizar aquisição por meio de processo licitatório, solução comumente utilizada pelos órgãos da administração pública, e solução viável escolhida por este Órgão por entender que atende o interesse público e por se mostrar a mais econômica e eficiente em termos de pessoal, material e financeiro.

5.2.2.1. Ao realizar consulta em diferentes fontes e analisando contratações similares por parte de outros órgãos e entidades, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades desta Administração, não foram verificadas informações relevantes, que outrora, na fase interna da futura licitação já haviam sido levantadas pelo Setor Requisitante. Em suma, pela própria natureza do objeto a ser contratado não há um grau de complexidade que exija outras providências.

5.2.2.2. Dada a especificidade técnica do serviço objeto deste instrumento, inclusive será desnecessária a realização de audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

### **6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

6.1. A frequência de manutenção de equipamentos de cozinha industrial geralmente não está fixada em um único documento legal, mas sim em um conjunto de normas técnicas, sanitárias e recomendações de fabricantes. A quantidade estimada para cada item demandado está definida no ANEXO A e levou em consideração a periodicidade da manutenção preventiva a cada 3 meses com base nos fabricantes e na quantidade de equipamentos ou corretiva imediatamente, ao menor sinal de falha.

6.2. As estimativas a serem contratadas foram levantadas com base no quantitativo de equipamentos e as demandas de manutenção /reparação a serem realizadas durante o período de vigência, conforme consta no ANEXO A.

### **7. Descrição da solução como um todo**

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de cozinha, com fornecimento de peças e componentes originais ou de qualidade equivalente/superior. Assim podemos garantir a continuidade operacional do setor de abastecimento conforme exposto nos tópicos abaixo;

7.2. Realização de manutenções preventivas com vistorias periódicas programadas, limpezas técnicas, ajustes e lubrificações, visando reduzir a taxa de falhas e estender a vida útil do patrimônio.

- 7.3. Intervenções para correção de defeitos inesperados, incluindo diagnóstico, substituição de peças e testes de funcionamento, com prazos de atendimento (SLA) compatíveis com a urgência da rotina de alimentação da tropa.
- 7.4. Fornecimento de peças com reposição integral de componentes necessários para o pleno funcionamento das máquinas, garantindo a segurança dos operadores e a eficiência energética.
- 7.5. Manter a capacidade produtiva de confeccionar 1.200 refeições diárias sem interrupções por quebra de equipamentos.
- 7.6. Garantir a Segurança Alimentar ofertando a garantia de que os equipamentos de refrigeração operem em temperaturas ideais, mitigando riscos de perda de insumos e garantindo a saúde dos 550 militares.
- 7.7. Promover a segurança do trabalho com manutenção rigorosa em equipamentos de cozinha industrial (fogões, caldeirões, fornos) evitando acidentes com os operadores.
- 7.8. Evitar o desgaste prematuro e preservar o patrimônio com substituições onerosas de ativos do 7º BEC.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

- 8.1. A estimativa de valor da contratação é de R\$ 171.384,63 (cento e setenta e um mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos).
- 8.2. O presente processo licitatório fundamenta-se no Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 17/2026. Ressalta-se que a estimativa de custos preliminar constante no referido DFD é superior ao valor efetivamente submetido à licitação.
- 8.3. A redução dos valores no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) decorre do refinamento do planejamento e da revisão dos quantitativos, visando o alinhamento à real necessidade e à capacidade de execução da Administração. Tal ajuste busca evitar o sobredimensionamento da demanda e garantir a observância ao princípio da economicidade. Portanto, a divergência de valores não compromete a execução do objeto, configurando-se como um ajuste técnico necessário para a seleção da proposta mais vantajosa e para a eficiência do gasto público.

## **9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

- 9.1. Após consultas, não foram encontradas existência de contratações correlatas com o serviço a ser contratado.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

- 10.1 O 7º BEC optou pelo agrupamento dos itens em 3 (três) grupos, dadas as características dos objetos, bem como as peculiaridades que envolvem a contratação.
- 10.2. Como regra geral, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, exige-se o parcelamento do objeto licitado sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação.
- 10.3. Considerando a natureza dos serviços e a necessidade de uniformidade, qualidade e agilidade no atendimento, justifica-se a não divisão do objeto em parcelas.
- 10.4. A contratação de uma única empresa garante a padronização dos procedimentos técnicos e a uniformidade na manutenção dos equipamentos, facilitando o controle da qualidade e o cumprimento das especificações técnicas.
- 10.5. A centralização dos serviços em uma única contratada permite uma resposta mais rápida e eficaz aos chamados de manutenção, reduzindo o tempo de inatividade dos equipamentos e evitando prejuízos operacionais.

10.6. A concentração dos serviços em uma só empresa possibilita uma melhor negociação de preços e condições comerciais, além de diminuir custos administrativos e de fiscalização, que seriam maiores em contratos fragmentados.

10.7. A gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato tornam-se mais eficientes com um único prestador de serviço, reduzindo a complexidade administrativa e o risco de inconsistências na prestação dos serviços.

10.8. A existência de um único responsável pela manutenção assegura maior comprometimento e clareza quanto às responsabilidades e obrigações contratuais, evitando conflitos entre diferentes prestadores.

10.9. A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977/2012 TCU-Plenário, 2.695/2013 TCU-Plenário, 343/2014 TCU-Plenário, 4.205/2014 TCU - 1ª Câmara, 757/2015 TCU-Plenário, 588/2016 TCU-Plenário, 2.901/2016 TCU-Plenário e 3.081/2016 TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que somente será admitida as seguintes hipóteses:

a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

10.10. Baseou-se a decisão da Administração do 7º BEC em agrupar os itens correlatos em grupo, que guardam íntima relação entre si, almejando-se com isso minimizar os riscos e dificuldades da pluralidade de contratos autônomos que podem ser atendidos em uma mesma pretensão contratual. Os grupos contemplam itens que se agrupam de acordo com a sua especificidade, inerentes aos serviços que ora se vê pretendida a contratação.

10.11. O TCU também entendeu a legitimidade da reunião de elementos de mesma característica, quando possa a adjudicação de itens isolados vir a onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”. (Acórdão 5.301/2013 - 2ª Câmara)

10.12. Sustenta a pertinência do agrupamento ora pretendido o voto condutor, em Plenário do TCU, que avaliou certame conduzido pela Superintendência de Administração da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro, do qual se extrai a afirmativa de que “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação” e “o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”. (Acórdão 861/2013-Plenário).

10.13. Outrossim, a divisão do objeto apenas por itens não implicaria em ampliação da competitividade pelos licitantes, tampouco em ganhos econômicos, pois os mesmos participariam da licitação em diversos itens isolados, perdendo-se assim economia de escala.

10.14. A não divisão do objeto pretendido em vários itens se dá em virtude da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integral ou satisfatoriamente prestado haja vista que poderia implicar a contratação de diversas empresas para a realização de um único evento.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A presente contratação estar de acordo com o Plano Diretor do 7º BEC e com a lei 14.133/21.

11.2. Os Itens licitados estão de acordo com o Documento de Formalização da Demanda 17/2026.

## **12. Resultados Pretendidos**

12.1. Garantia do pleno funcionamento dos equipamentos do Setor de Aprovisionamento garantindo maior segurança na utilização dos equipamentos, alcançando maior qualidade de e desempenho nos cumprimentos das missões do 7º BEC.

12.2. Continuidade e Eficiência Operacional do setor de Aprovisionamento

12.3. Promover a disponibilidade dos equipamentos

12.4. Redução de Perdas evitando o descarte de insumos e gêneros alimentícios perecíveis através do funcionamento rigoroso dos sistemas de refrigeração e congelamento.

12.5. Mitigar riscos de acidentes de trabalho (explosões, vazamentos de gás, curtos-circuitos ou queimaduras) causados por equipamentos com manutenção deficitária.

12.6. Melhoria do Ambiente de Trabalho: Proporcionar condições dignas e funcionais para os militares que atuam no Setor de Aproveitamento, reduzindo o estresse causado por falhas operacionais.

12.7. Reduzir o consumo de energia elétrica e gás, uma vez que equipamentos regulados e com manutenção em dia operam com maior rendimento e menor desperdício.

12.8. Transformar gastos emergenciais e imprevistos em um modelo de manutenção programada, permitindo melhor controle dos recursos financeiros do Batalhão.

12.9. Atendimento a Normas Técnicas: Garantir que todos os serviços e peças aplicadas sigam as normas da ABNT e as recomendações dos fabricantes, mantendo as características originais dos equipamentos.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para garantir o sucesso na contratação do serviço objeto deste instrumento, a Administração elaborou um cronograma sucinto que define as atividades necessárias para a adaptação do ambiente organizacional, bem como os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores.

Cronograma das Atividades Necessárias à Adequação do Ambiente da Organização	
Ação	Responsáveis
Elaboração do Termo de Referência	Setor Requisitante
Abertura do processo licitatório	Ordenador de Despesas / SALC
Celebração de Contrato ou outro instrumento congênere	Ordenador de Despesas / SALC
Designação do Fiscal de Contrato	Ordenador de Despesas / Fisc Adm
Gerenciamento das demandas de manutenção dos equipamentos e emprego dos recursos financeiros recebidos	Comandante do 7º BEC, Chefe da 4ª Seção e chefe do aprovisionamento
Fiscalização do Contrato	Preposto da Administração (nomeação BI)

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. É de responsabilidade da Contratada:

14.2. Cuidados atinentes ao transporte de produtos.

14.3. Implementar plano de gestão de resíduos, com segregação e destinação adequada.

14.4. Utilizar produtos químicos eco-friendly, conforme normas ABNT NBR.

14.5. Promover reutilização ou reciclagem de peças sempre que possível.

14.6. Treinar técnicos em práticas sustentáveis de manutenção.

14.7. Descartar equipamentos danificados conforme legislação ambiental.

14.8. Esta Organização Militar adotará os cuidados necessários para aplicação final dos produtos, guarda e conservação dos mesmos, de acordo com os termos preconizados pelo fornecedor e/ou fabricante.

14.9. Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

14.9.1. A CONTRATADA deverá contribuir, no que couber, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225, da Constituição Federal/88 e em conformidade com o art. 5º, da lei nº 14.133/21, Lei nº 12.187/2009, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e, no que couber, com o art 6º, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, bem como cumprir o arcabouço legal vigente para o objeto contratado.

14.10. Para os fins do disposto no art. 2º do Decreto 7.746/12, deverá contribuir, no que couber, os critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- 14.10.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 14.10.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 14.10.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 14.10.4. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 14.10.5. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 14.10.6. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- 14.10.7. Certificação ambiental das peças de reposição;
- 14.10.8. Uso de gases refrigerantes com baixo potencial de aquecimento global; e
- 14.10.9. Relatório de destinação adequada de resíduos perigosos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Face ao conglomerado exposto, após minuciosa análise esta Equipe de Planejamento da Contratação é de **parecer favorável** a contratação dos serviços objeto deste instrumento, fato este, que justifica-se nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

15.2. A contratação dos serviços em tela, visa atender às necessidades do 7º BEC, particularmente, no que tange ao consumo de alimentação para as diversas atividades desenvolvidas no âmbito do 7º BEC. Para se otimizar os serviços no setor de abastecimento a manutenção dos equipamentos é primordial, mantendo assim, a qualidade, limpeza e segurança nas instalações.

15.3. Ademais, a aludida contratação permitirá alcançar resultados mais satisfatórios ao qual essa Organização Militar se propôs, de modo que, o 7º BEC cumprirá às missões delegadas conforme o cronograma de execução projetado. Ressalto ainda, outro importante aspecto que é manter elevado o bem-estar da tropa, as condições de higiene e limpeza das instalações, e equipamentos.

15.4. Prosseguindo a abordagem, em sentido contrário a ausência de contratação, no mínimo, acarretará prejuízo ao *interesse público*, particularmente, ao 7º BEC, uma vez que equipamentos não mantidos terão sua vida útil reduzida, consequentemente ocasionando a necessidade de sua substituição, quando na verdade a manutenção preventiva iria evitar tamanho prejuízo ao erário nacional.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VINICIUS CALIXTO DA SILVA**

Equipe de Planejamento da Contratação

**DAMARIS SILVA MERCADO**



**KLEISON BARBOSA CANDIDO DA SILVA**

Equipe de Planejamento da Contratação